

### Coleção Zero à Esquerda

Coordenadores: Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa

- Desafortunados  
*David Snow e Leon Anderson*
- Dicionário de bolso do almanaque philosophico zero à esquerda  
*Paulo Eduardo Arantes*
- Os direitos do antivalor  
*Francisco de Oliveira*
- Em defesa do socialismo  
*Fernando Haddad*
- Geopolítica do caos  
*Ignacio Ramonet*
- Globalização em questão  
*Paul Hirst e Grahame Thompson*
- A ilusão do desenvolvimento  
*Giovani Arrighi*
- Os moedeiros falsos  
*José Luís Fiori*
- As metamorfoses da questão social  
*Robert Castel*
- Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização  
*Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (Orgs.)*
- Terrenos vulcânicos  
*Dolf Oehler*
- Os últimos combates  
*Robert Kurz*

#### Conselho Editorial da Coleção Zero à Esquerda:

Otilia Beatriz Fiori Arantes  
Roberto Schwarz  
Modesto Carone  
Fernando Haddad  
Maria Elisa Cevasco  
Ismail Xavier  
José Luís Fiori

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Francisco de, 1933 -

Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita /  
Francisco de Oliveira. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ISBN 85-326-1996-7

1. Capitalismo 2. Social-democracia 3. Valor (Economia) I. Título.

98-0906

CDD-338.521

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Antivalor: Teorias: Economia 338.521

Francisco de Oliveira

# Os direitos do antivalor

A economia política da hegemonia imperfeita

 EDITORA  
VOZES

Petrópolis  
1998

...face ao sucesso da ampla coalizão política liderada por Fernando Henrique Cardoso, unificando de centro para a direita, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, cuja base estaria no "senso comum" das vantagens da estabilidade monetária alcançada desde a "Regência" Fernando Henrique - na síndrome de substituição de Itamar - e que culminou com a presidência de um quase velho político até a presidência (imperial) da República. Em outras palavras, em termos transiçoes, a economia pôde ser construída a partir de um amplo consenso que uniu diferentes e dominados e dominantes e resultando em um novo equilíbrio de forças, sendo as forças de direita mais fortes e as forças de esquerda mais fracas. Isso foi o resultado de uma conjuntura favorável sob o signo da "regência" de Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco.

A respeito do livro "Suave é o termo" O liberalismo em questão, de Fernando Henrique Cardoso, publicado em 1998, há um artigo publicado também na *Novos Estudos Cebrap*, elaborado ainda antes da posse de Fernando Henrique Cardoso na presidência, em que trata de abordar o que me parecia, na época, as implicações fornecidas pelos discursos políticos do segundo ano de mandato durante a campanha eleitoral, em que a classe trabalhadora e a população de baixa renda foram a maioria, pelas medidas já tomadas desde sua "regência" no Ministério da Fazenda, pelas alterações políticas até a extrema direita - mas, porque é comum considerar no Brasil a extrema direita como sendo atributo exclusivo de Paulo Maluf, enquanto a "regência" de Antônio Carlos Magalhães o vem posto a salvo de ser também incluído no lugar que, talvez mais que a Paulo Maluf, de direito e de fato lhe pertence -, os rumos do futuro governo. Porquê que os fatos não demonstraram as conclusões discutidas no artigo. Enfim, trata-se, no tocante ao assunto de montar quaisquer dados profícuos, mais de procurar encontrar a coerência do governo, em lugar de permanecerem surtos com a conversão de um amigo intelectual e militante de esquerda.

## O Surgimento do Antivalor

### Capital, força de trabalho e fundo público\*

#### Introdução: A crise do Estado-providência

Nas últimas cinco décadas, acelerada e abrangentemente, o que se chama Welfare State, como conseqüência das políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, constituiu-se no padrão de financiamento público da economia capitalista. Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força

\* Publicado em *Novos Estudos Cebrap*, nº 22, outubro de 1988. Sem a acolhida, quem sabe até entusiasmada demais, e a crítica de Rodrigo Naves, José Arthur Giannotti, Roberto Schwarz, Luiz Felipe de Alencastro, Geraldo Müller, Otacílio Nunes, Carlos Alberto Bello, Elson Luciano Pires e Hélio Correia Lino, este ensaio não apareceria agora, permanecendo, talvez, numa longa ruminância, que vem desde uma bolsa de pós-doutoramento patrocinada pelo CNPq e CNRS em Paris. Para além dos agradecimentos formais de praxe, meu reconhecimento não pode deixar de ancorar-se nos amigos e instituições, particularmente, neste caso, minha casa - o CEBRAP -, dispostos a patrocinar uma discussão que rema contra a maré montante do Moloch privatista neoliberal, o "ai-jesus" de hoje no Brasil, que uma vez mais mostra como as "idéias podem estar fora do lugar".

de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.

A medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo, são seus exemplos. A descrição das diversas formas de financiamento para a acumulação de capital seria muito mais longa: inclui desde os recursos para ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta a agricultura (o financiamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada "Europa Verde" da CEE), e o mercado financeiro e de capitais através de bancos e/ou fundos estatais, pela utilização de ações de empresas estatais como *blue chips*, intervém na circulação monetária de excedentes pelo *open market*, mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública etc.

A descrição anterior pode ser refutada com a afirmação de que toda a vasta gama de subsídios e auxílios públicos é constitutiva do próprio capitalismo, não sendo marca específica do Estado-providência. Mas essa objeção não capta a diferença de natureza entre esses dois momentos. De fato, a formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização de recursos públicos, que em certos casos funcionaram quase como uma "acumulação primitiva" desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores na expansão colonial até a despossessão das terras dos índios para cedê-las às grandes ferrovias particulares nos Estados Unidos, a privatização de bens e propriedades da Igreja desde Henrique VIII até a Revolução Francesa; e, do outro lado, as diversas medidas de caráter caritativo para populações pobres, de que as "Poors Houses" são bem o exemplo no caso inglês. Contra

esse caráter pontual, que dependia ocasionalmente da força e da pressão de grupos específicos, o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos. Criou-se, como já se assinalou, uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado.

Entretanto, a mudança mais recente das relações do fundo público com os capitais particulares e com a reprodução da força de trabalho representa uma "revolução copernicana". Para resumir uma tese que se desdobrará ao longo deste ensaio, o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post*, típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência *pressuposta* principal, que no jargão de hoje  *sinaliza as possibilidades da reprodução. Ele existe "em abstrato" antes de existir de fato: essa "revolução copernicana" foi antecipada por Keynes, ainda que a teorização keynesiana se dirigisse à conjuntura. A per-equação da formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível.*

Do lado da reprodução da força de trabalho, a ascensão do financiamento público não foi menos importante. "As despesas públicas, destinadas à educação, à saúde, pensões e outros programas de garantia de recursos aumentaram, durante os vinte últimos anos no conjunto dos países da OCDE, quase duas vezes mais rapidamente do que o PIB, e elas foram o elemento dominante no crescimento das despesas públicas totais: desde 1960, elas passaram, no conjunto dos sete maiores países da OCDE, de cerca de 14% a mais de 24% do PIB" ("Dépenses sociales: érosion ou evolution?", *L'Observateur de l'OCDE*, n° 126, janvier 1984, OCDE, Paris, trad. do autor). Essa média resultou de evoluções, país por país, de 19% para 26% na República Federal da Alemanha, de 16% para 25% na França, de 16% para 23% na Itália, de 16% para 30% na Holanda, de 16% para 28% na Bélgica; entre 1969 e 1981, de 18% para 27% na Dinamarca e de 15% para 22% na Inglaterra. Entre 1965 e 1981, as despesas sociais públicas, como

porcentagem da renda disponível domiciliar, passaram de 28% para 46% na República Federal da Alemanha, de 24% para 42% na Holanda, de 25% para 33% na França, de 22% para 27% na Itália, de 22% para 33% na Bélgica e, na Inglaterra, entre 1969 e 1981, de 24% para 33%. Quer dizer que em sete grandes países industrializados, nata do Primeiro Mundo, com exceção dos Estados Unidos e do Japão, o salário indireto tem uma importância, em relação ao salário direto (assimilando a renda domiciliar a este conceito), que vai de um mínimo de 33% ao máximo de 45%, até o último ano para o qual se dispõe de dados (Ch. André, "Les évolutions spécifiques des divers composants du salaire indirect à travers de la crise", *Critiques de L'Économie Politique*, n. 26-27, janvier-juin, 1984, Paris). Aliás, a transferência para o financiamento público de parcelas da reprodução da força de trabalho é uma tendência histórica de longo prazo no sistema capitalista; a expulsão desses custos do "custo interno de produção" e sua transformação em socialização dos custos foi mesmo, em algumas sociedades nacionais, uma parte do percurso necessário para a constituição do trabalho abstrato; nas grandes economias e sociedades capitalistas contemporâneas, o Japão parece ser a única exceção a esse respeito, no momento de decolagem da industrialização japonesa, e, pelo menos, até há muito pouco tempo: o específico "exército cativo de mão-de-obra" ligado a cada empresa – pelo menos às grandes empresas – parece um caso insólito na tradição capitalista.

O crescimento do salário indireto, nas proporções assinaladas, transformou-se em liberação do salário direto ou da renda domiciliar disponível para alimentar o consumo de massa. O crescimento dos mercados, especialmente do de bens de consumo duráveis, teve, portanto, como uma de suas alavancas importantes, o comportamento já assinalado das despesas sociais públicas ou do salário indireto. Modificações dessa monta no *rapport salarial* são, pois, como tem sido repetidamente assinalado pelos autores da corrente teórica da regulação (Michel Aglietta, Robert Boyer, Alain Lipietz, entre outros), fatores dos mais importantes no longo período de expansão, que

vai desde os fins da II Guerra Mundial até hoje. Noutras palavras, para a ascensão do consumo de massa, combinaram-se de uma forma extraordinária o progresso técnico, a organização fordista da produção, os enormes ganhos de produtividade e o salário indireto, estes dois últimos fatores compoem o *rapport salarial*. A presença dos fundos públicos, pelo lado, desta vez, da reprodução da força de trabalho e dos gastos sociais públicos gerais, é estrutural ao capitalismo contemporâneo, e, até prova em contrário, insubstituível.

O padrão de financiamento público do Estado-providência é o responsável pelo continuado déficit público nos grandes países industrializados. É este padrão que está em crise, e o termo "padrão de financiamento público" é preferível aos termos usualmente utilizados no debate, tais como "estatização" e "intervenção estatal". O primeiro destes últimos leva a supor que a propriedade é crescentemente estatal, o que está muito longe do real, e o segundo induz a pensar-se numa intervenção de fora para dentro, escamoteando o lugar estrutural e insubstituível dos fundos públicos na articulação dos vetores da expansão econômica. Uma série de 1971 a 1985 (*International Financial Statistics – Yearbook 1987*, International Monetary Fund, Washington) mostra que o déficit público nos países industrializados (incluindo EUA, Canadá, Austrália, Japão, Nova Zelândia, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha Federal, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Espanha, Suécia, Suíça e Inglaterra), cresceu, média desses países, de 2,07% do PIB em 1972 para 4,93% do PIB em 1984. Os Estados Unidos situaram-se na média, enquanto outros países, como Canadá, Nova Zelândia, Bélgica, Irlanda, Itália, Holanda e Suécia ultrapassaram a média entre uma e três vezes. É interessante notar que a média do déficit público como porcentagem do PIB foi geralmente dos mesmos valores em quase todas as partes do mundo, por grupos de países, o que sugere que as internacionalizações produtiva e financeira estão obrigando praticamente todos os países a adotarem o padrão de financiamento público do Estado-providência.

déficit  
IMP  
publ.

Imp! A crise do Estado-providência – e o termo freqüentemente é mais associado à produção de bens sociais públicos e menos à presença dos fundos públicos na estruturação da reprodução do capital, revelando pois um indisfarçável acento ideológico na crítica à crise – tem levado à “crise fiscal do Estado” nos termos de James O’Connor (*The Fiscal Crisis of the State*. St. Martin’s Press, New York, 1973) devido à disputa entre fundos públicos destinados à reprodução do capital e fundos que financiam a produção de bens e serviços sociais públicos; ou, na versão de Lester Thurow, a um impasse ricardiano, jogo de soma zero, em que “o que um perde é o que o outro ganha” (*The Zero-Sum Society*. Basic Books, New York, 1981).

Receitas se elevaram após a crise As receitas dos governos centrais como porcentagem do PIB têm se elevado sistematicamente desde níveis de 23% em 1971 a 27% em 1984 (*International Financial Statistics – Yearbook 1987*, IMF) para o conjunto dos países industrializados, com os níveis máximos de 45,1% na Bélgica, 42,23% na França, 43,1% na Irlanda, 40,8% na Itália, 52,2% na Holanda, 42,8% na Noruega e 41,4% na Suécia. Paradoxalmente, países mais potentes como os Estados Unidos estão num nível de 30%, a Alemanha Federal situa-se em 29% e a Inglaterra em 38,1%, esses últimos dados referindo-se a 1984. Os gastos dos governos centrais situam-se, média do conjunto dos países mais industrializados, acima de 1/3 do PIB, de novo com uma grande heterogeneidade, ressaltando-se que os Estados Unidos mantêm-se em torno da média. Não há dados para o Japão, tanto no que se refere às receitas governamentais quanto às despesas.

Imp! Ao lado do déficit público e das receitas e despesas estatais como proporção do PIB – pelo menos 1/3 dos PIBs mais importantes transitam pelos tesouros nacionais –, as proporções e o lugar da dívida pública dos principais países confirmam o lugar estrutural do fundo público na sociabilidade geral. Nos últimos anos, de 1982 a 1986, variando de país a país, segundo o último dado disponível nas *International Financial Statistics* (1987, IMF), nos níveis mais baixos da dívida pública interna e externa como porcentagem do PIB agrupavam-se países

como Bélgica (10,2%) e Suíça (11,6%); no patamar imediatamente posterior, países como a Alemanha Federal (20,6%) e França (22,7%); no patamar posterior, países como Suécia (56,6%), Holanda (55,5%), EUA (43,4%), Inglaterra (47,8%) e Japão (53,8%); nos níveis máximos, países como Nova Zelândia (73,1%) e Itália (81,2%). Há, pois, uma razoável dispersão, mas importa notar que países da talha dos EUA, Japão, Inglaterra, Holanda e Suécia situaram-se num patamar em que a dívida pública corresponde à metade de seus produtos internos brutos. Salvo Alemanha Federal, França e Suíça, que se situam nos segundo e primeiro níveis anteriormente descritos, os países em que a dívida é metade do PIB são, indiscutivelmente, as mais notáveis lideranças industriais, tecnológicas e financeiras do capitalismo contemporâneo. A Suíça é reconhecidamente uma exceção, pela concentração de recursos financeiros de outros países no seu sistema bancário e financeiro. Ainda que não perfeita, há uma indisfarçável relação entre a dívida pública dos países mais importantes, suas posições no sistema capitalista e suas dinâmicas.

O argumento da direita é que essa estatização dos resultados da produção social levaria a uma espécie de socialismo burocrático e estacionário, diminuindo, de um lado, os recursos privados destinados ao investimento e, de outro, pela elevação da carga fiscal sobre pessoas e famílias, diminuindo a propensão para o consumo; utilizando-se o esquema keynesiano da depressão da demanda efetiva tanto por parte das empresas quanto das famílias, a estatização dos resultados da produção social teria tudo para conduzir o capitalismo a um estado estacionário, congruente com a previsão estagnacionista da maioria dos clássicos da economia, sobretudo Smith, mais resolutamente Ricardo e secundariamente Stuart Mill.

O coração do impasse ricardiano de Thurow ou da “crise fiscal” de O’Connor – e as versões da direita são menos teorizadas, salvo Hayek – não é de nenhum modo uma tendência estagnacionista. É apenas e esse apenas é muito forte, a expressão da abrangência da socialização da produção, num sistema que continua tendo como pedra angular a apropriação

privada dos resultados da produção social. Mas, de certo modo, ela expressa também a retração da base social da exploração, em termos marxistas, questão que será desdobrada mais adiante.

O rompimento do círculo perfeito do Estado-providência, em termos keynesianos, é devido, em primeira instância, à internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista. A regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos de produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites – relativos, por certo –, da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto. Deve-se assinalar, desde logo, que aquela circularidade foi possível graças ao padrão de financiamento público do Welfare State, um dos fatores, entre outros aliás, que levaram à crescente internacionalização. Ultrapassados certos limites, a internacionalização produtiva e financeira dissolveu relativamente a circularidade nacional dos processos de retro-alimentação. Pois des-territorializam-se o investimento, e a renda, mas o padrão de financiamento público do Welfare State não pôde – nem pode, até agora – des-territorializar-se. Em outras palavras, a circularidade anterior pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho. Daí que, nos limites nacionais de cada uma das principais potências industriais desenvolvidas, a crise fiscal ou “o que um ganha é o que o outro perde” emergiu na deterioração das receitas fiscais e parafiscais (previdência social, por exemplo), levando ao déficit público. O anterior fica muito claro quando se pensa numa multinacional com antenas em vários países: o país-sede original não é contemplado com retornos fiscais e parafiscais proporcionais ao investimento e renda (inclusive salários) gerados alhures por filiais das multinacionais, enquanto o financiamento público que tenta articular a demanda efetiva continua circunscrito a sua territo-

rialidade. Em países como os Estados Unidos, certas atividades das multinacionais, substituindo suas próprias produções internas, deixam ao fundo público nacional os encargos de financiar a reprodução do capital e da força de trabalho (y compris o seguro-desemprego), o que gera uma crescente incompatibilidade entre o padrão de financiamento público e a internacionalização produtiva e financeira. Nasceu exatamente dos países em que essa performance de suas próprias multinacionais é mais acabada, Estados Unidos e Inglaterra, a reação conservadora contra o Estado-providência, pondo o acento nos gastos estatais para a produção de bens e serviços sociais públicos. A reação Thatcher e Reagan, que, procurando cortar ou diminuir a carga fiscal e parafiscal (impostos e previdência social), fiou-se num comportamento neovitoriano de empresas e famílias, utilizando – presumia-se – o alívio daquelas cargas para fazer voltar à tona o impulso de investimento e o consumo privados.

#### O fundo teórico da crise

O padrão de financiamento público do Welfare State operou uma verdadeira “revolução copernicana” nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho. No fundo, levado às últimas conseqüências, o padrão do financiamento público “implodiu” o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral.

Na medida em que o padrão de financiamento público constituiu-se em uma verdadeira esfera pública, as regras da reprodução tornaram-se mais estáveis porque previsíveis, e da competição anárquica emergiu uma competição segmentada. Por certo, não deixou de haver competição no capitalismo, mas essa se dá dentro de regras preestabelecidas e consensuais. Essa universalização tem efeitos paradoxais, segmentando a

competição em pelo menos dois níveis; o primeiro, o circuito dos oligopólios, e o segundo, o circuito dos capitais competitivos. A rigor, o fundo público é um *Ersatz* do capital financeiro, indo além da teorização proposta por Hilferding.

Na forma dos títulos públicos e dos vários tipos de incentivos e subsídios, é o fundo público que agiliza a circulação do capital, e em muitos casos cumpre o papel da famosa ponte invisível keynesiana entre quem poupa e quem investe. Essa função demarca um setor oligopolista e um setor concorrencial "primitivo" (que não tem acesso ao fundo público) na tradição teórica de Labini. Do ponto de vista da teoria marxista, dissolveu-se a tendência à formação de uma taxa média de lucro, para dar lugar, no mínimo, a duas taxas médias: a do setor oligopolista e a do setor concorrencial "primitivo". E o fundo público é decisivo na formação da taxa média de lucro do setor oligopolista, e pelo negativo, pela sua ausência, na manutenção de capitais e capitalistas no circuito do setor concorrencial "primitivo".

Imbricando-se diretamente na determinação da taxa média de lucro do setor oligopolista, o fundo público influi decisivamente, através de outros recortes, sobre a taxa de lucro de setores inteiros e até de ramos especiais da reprodução no interior do setor oligopolista. Recortes como "prioridades nacionais de segurança", "pesquisa de ponta", "programas especiais de produção", e inúmeros outros, tais como a sustentação de produções agrícolas excedentárias, transformaram mais uma vez a competição segmentada. O papel do fundo público como pressuposto especial dessa segmentação retirou o capital constante e o variável da função de parâmetro-pressuposto, e colocou em seu lugar a relação de cada capital em particular com o próprio fundo público. Em outras palavras, a taxa de lucro de setores de ponta como a aeronáutica, as atividades industriais espaciais, a informática, tem que se referir simultaneamente aos seus próprios capitais e à fração dos fundos públicos utilizados para sua reprodução; isto tem um efeito paradoxal, pois enquanto aumenta a taxa de lucro de cada capital em particular (pois na equação particular a fração do

fundo público utilizada não tem remuneração ou quando a tem é francamente subestimada) diminui a taxa de excedente global da economia.

A rigor, trata-se de uma relação *ad hoc* entre o fundo público e cada capital em particular. Essa relação *ad hoc* leva o fundo público a comportar-se como um anticapital num sentido muito importante: essa contradição entre um fundo público que não é valor e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor. O valor, não somente enquanto categoria central, mas práxis do sistema, não pode, agora, reportar-se apenas a si mesmo: ele tem que necessariamente reportar-se a outros componentes; no caso, o fundo público, sem o que ele perde a capacidade de proceder à sua própria valorização. O fato de que, finalmente, a mesma expressão monetária recubra o interior dessa contradição, apresentando-a externamente como uma unidade, não deve levar a enganos: trata-se, no caso, da "indiferença da moeda do banco central", que expressa apenas uma relação entre devedores e credores, subsumindo nesta a moeda como expressão do tempo de trabalho médio socialmente necessário.

Do lado da reprodução da força de trabalho, que toma a forma do financiamento público de bens e serviços sociais públicos extensivos na prática à maioria da população, as políticas anticíclicas aceleradas e universalizadas – a rigor, a social-democracia alemã e inglesa, e mesmo o Front Populaire francês de 1936 e o New Deal rooseveltiano as precederam a partir do fim da II Guerra Mundial foram no sentido da crescente participação do salário indireto no salário total. Esses bens e serviços funcionaram, na verdade, como antimercearias sociais, pois sua finalidade não é a de gerar lucros, nem mediante sua ação dá-se a extração da mais-valia. Dizê-lo, como a maior parte da crítica marxista tem dito, que contribuem para aumentar a produtividade do trabalho, é quase um truismo, posto que qualquer gasto de bem-estar deve potencialmente melhorar as condições de vida.

A questão teórica que se põe vai mais longe: recuperando-se Sraffa (*Production of Commodities by Means of Commodities*) é possível dizer que o salário – mercadoria-padrão para Sraffa – agora data, determina a produção de um sem-número de bens e serviços públicos sociais, e vai mais além, atingindo mesmo a produção de bens e serviços explorados privadamente. De fato, indexando os benefícios sociais ao salário, o que se está fazendo é tornar o salário o parâmetro básico da produção de bens e serviços públicos. Isto é o oposto da extração da mais-valia e, conseqüentemente, em sua derivação, da determinação da taxa de lucro, onde os parâmetros não apenas do cálculo mas da razão da mais-valia residem na relação capital constante-capital variável. Se tomarmos qualquer dos bens e serviços financiados e/ou produzidos pelo fundo público, ver-se-á que seu preço é determinado como uma quota-parte do salário: isto é, a tarifa de um serviço público como o metrô é calculada tendo-se como referência uma parte do salário destinada a gastos de transporte. E, em muitos casos, na fixação de preços de bens básicos produzidos pelo próprio setor privado, o que se tem em vista é que seu preço represente uma certa porcentagem dos gastos dos orçamentos familiares.

A dialética instaurada pela função do fundo público na reprodução do capital e da força de trabalho levou a inusitados desdobramentos. Há, teoricamente, uma tendência à desmercantilização da força de trabalho pelo fato de que os componentes de sua reprodução representados pelo salário indireto são antimercaçorias sociais. De um lado, isto representou uma certa homogeneização do mercado e do preço da força de trabalho, levando à autonomização do capital constante, de que já falava Belluzzo (“A transfiguração crítica”, in *Estudos CEBRAP* n. 24), e desatando, por sua vez, a reprodução do capital das amarras de uma antiga dialética em que as inovações técnicas se davam, sobretudo, como reação aos aumentos do salário direto real. A brecha para a inovação técnica, desparametrizada do salário real total, posto que este agora tem no salário indireto um componente não desprezível – no mínimo

um terço do salário total –, deslançou um processo de inovações tecnológicas sem paralelo.

É simultânea a dupla operação de presença do fundo público na reprodução da força de trabalho e do capital; não se pode, neste caso, buscar resolver o velho enigma da precedência “da galinha ou do ovo”, mas o fato é que houve uma dupla des-parametrização; tanto em relação ao valor ou preço da força de trabalho quanto em relação aos valores dos capitais originais, o capital se move agora numa relação em que o preço da força de trabalho é indiferente do ponto de vista das inovações técnicas e o parâmetro pelo qual se mede a valorização do capital é agora um *mix*, em que o fundo público não entra como valor. A contradição, pois, é que se assiste a uma elevação da rentabilidade, ou das taxas de retorno dos capitais, gerando a enorme solvabilidade e liquidez dos setores privados, enquanto o próprio fundo público dá visíveis mostras de exaustão como padrão privilegiado da forma de expansão capitalista desde os fins da II Guerra Mundial.

Nesse rastro, inclusive as predições de pauperização, entendida absoluta ou relativamente, não se confirmaram. O que se assiste é uma expansão do consumo de todas as classes nos países mais desenvolvidos, e uma renovada e inusitada expansão do investimento. É por essa razão que os esquemas keynesianos já não são capazes de explicar os fenômenos contemporâneos, comprimidos entre as tenazes de uma oposição entre propensão para consumir e propensão para poupar (ou investir); sem incluir o fundo público em sua autonomia relativa, o esquema keynesiano tende a perder sua capacidade paradigmática. O que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas. Isto somente se torna possível apropriando parcelas crescentes

da riqueza pública em geral, ou mais especificamente, os recursos públicos que tomam a forma estatal nas economias e sociedades capitalistas. A massa de valor em mãos dos capitalistas, sob a forma de lucro, de cuja abundância a circulação monetária contemporânea é a expressão, não deve iludir: apesar da enorme liquidez, essa massa de valor é absolutamente insuficiente para plasmar as novas possibilidades abertas em acumulação de capital concreta.

O resultado desse longo processo é que o fundo público passou a vincular-se a finalidades determinadas aprioristicamente, e ainda mais, pouco tem a ver com a taxa de lucro original de cada capital. A rigor, é a partir da alocação de uma parcela do fundo público que a taxa de retorno ou seu equivalente, a taxa de lucro, é calculada. Concebido como instrumento anticíclico, tornado permanente e insubstituível, essa rigidez do fundo público escapa às regulações nacionalmente territorializadas. Ela torna relativamente inócuas as políticas econômicas em muitos aspectos, dando lugar à soberania das políticas monetárias – e neste caso, apenas as de alguns países – posto que a *indiferença da moeda* (Aglietta e Orléans. *La violence de la monnaie*. PUF, Paris) do banco central é, no fundo, a única abrangência que cobre tanto o setor de economia de mercado quanto o setor *hors marché* (a economia pública de bens e serviços sociais); e cobre precisamente porque, em não sendo mais a moeda a expressão do tempo de trabalho socialmente necessário – erodida nessa função pelo anticapital e pela antimercadoria –, terminou por ser apenas a expressão monetária – mas não necessariamente de valor – de uma relação entre credores e devedores.

#### *Um desdobramento teórico particular ao campo marxista*

Em termos marxistas, a função do fundo público tende a desfazer os conceitos e realidades do capital e da força de trabalho, esta última enquanto mercadoria, ou nos termos de Sraffa, a mercadoria-padrão, que determina o valor e o preço

de qualquer outra (relevados os problemas da conversão de valor em preços, que aliás com o fundo público tornam-se praticamente intraduzíveis). A equação original de Marx é a de  $D-M-D'$  no que se refere ao circuito do capital-dinheiro. O fundo público funcionando como pressuposto geral de cada capital em particular transforma essa equação em  $\text{anti-}D-D-M-D'(-D)$ , sendo que o último termo volta a repor-se no início da equação como  $\text{anti-}D$ , isto é, uma quantidade de moeda que não se põe como valor. O último termo é uma quantidade de moeda que tem como *oposição interna* a fração do fundo público presente nos resultados da produção social, que se expressa em moeda, mas não é dinheiro.

Do ponto de vista do circuito da mercadoria, a equação original de Marx era a de  $M-D-M$ , e o fundo público como estrutura imbricante transforma a equação para  $\text{anti-}M-M-D-M'(-\text{anti-}M)$ , na qual os dois primeiros termos significam as antimercadorias e as mercadorias propriamente ditas, e os dois últimos significam a produção de mercadorias e a produção de antimercadorias. No fundo, a segunda equação fica subsumida na primeira. As conseqüências teóricas dessa transformação vão se expressar na composição do capital e na taxa de exploração. A composição do produto, na equação  $C+V+M$ , sofre a seguinte transformação:  $-C+C+V(-V)+M$ , na qual a taxa de mais-valia se reduz pela presença, na equação, das antimercadorias sociais que funcionam como um *Ersatz* do capital variável. Isto quer dizer que na equação geral do produto, a taxa de mais-valia cai, enquanto na equação de cada capital particular ela pode, e geralmente deve, se elevar.

Essa transformação repõe o problema, clássico na teoria marxista, da *tendência declinante da taxa de lucro*. De fato, em perspectiva estatística, procurando medir-se o aumento do capital constante e o declínio do capital variável a partir da soma dos capitais particulares, chega-se a uma incógnita sem solução. Porque de fato já não se pode realizar teoricamente essa soma. Tanto o capital constante não pode ser uma soma dos capitais particulares, pois aí existe uma *oposição* operada pelo fundo público para viabilizar a acumulação de cada capital